

JUVENTUDES E SUAS INTERMITÊNCIAS: O QUE NOS DIZEM OS ALUNOS DA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO GOVERNADOR ADAUTO BEZERRA

Karine Lima Verde Peixoto¹

Orientador: Antônio Germano Magalhães Junior²

RESUMO: O presente artigo se propõe a desvendar o conceito de juventude construído historicamente, além de analisar as políticas públicas que apoiaram ou desconsideraram as especificidades do seguimento para em seguida fazer a escuta dos alunos da Escola de Ensino Médio Governador Adauto Bezerra, situada no bairro de Fátima, Fortaleza-Ceará. O objetivo é fazer uma pesquisa exploratória para verificar como este espaço organiza o trabalho pedagógico considerando a perspectiva dos alunos matriculados no ano de 2017, nas três séries do Ensino Médio, indagando-os sobre quais os motivos para estudar na unidade, e para isso realizou-se uma pesquisa amostral com 30 jovens, turno manhã, sorteados paritariamente, sendo 10 alunos para cada ano da modalidade médio. A resposta dos estudantes obtida é clara: entrar em uma graduação.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude. Políticas Públicas. Ensino Médio. EEM Governador Adauto Bezerra.

INTRODUÇÃO

Compreender a juventude atualmente envolve muitas reflexões, e a primeira se refere ao conceito. O que significa? Que características um ser deve possuir para

¹ Bacharel em Serviço Social e Licenciada em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Especialista em Planejamento Educacional (Salgado de Oliveira), Educação Infantil (Universidade Vale do Acaraú) e Gestão da Educação Básica (UFJF), Mestranda em Planejamento e Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). <karinelimaverde@yahoo.com.br>

² Prof. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará e pós-doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. <germano.junior@uece.br>

deter essa denominação? O critério seria etário, histórico, classista, cultural, biológico ou estético? Depreender o que é ser jovem exige tratá-lo como categoria social e o reconhecimento de que há muitos conceitos envolvidos para seu entendimento.

Compreendendo que a metodologia é o caminho escolhido para se chegar aos objetivos propostos pela pesquisa, e evidencia escolhas do investigador para elucidar o objeto de estudo, optamos por uma abordagem qualitativa, assim, realizamos uma pesquisa documental (Godoy, 1995) e estatística, através de livros e jornais, bem como em sites institucionais como Inep, Qedu, SEDUC e a leitura de alguns autores de referência sobre o tema. O tamanho da amostra na pesquisa qualitativa é de ordem pragmática, assim em observação ao universo e tempo para esta investigação, os alunos foram selecionados e distribuídos paritariamente entre os 1º, 2º e 3º anos médio, turno manhã, considerando uma margem de erro de 10% e grau de confiança de apenas 80%. Realizamos a aplicação do questionário na manhã do dia 12/12/2017, na unidade escolar, após encontros anteriores com seus gestores e professores.

REFERENCIAL TEÓRICO

Na construção do artigo, dialogamos com autores como: Pais (1990), Kehl (2004), Bourdieu (2007), Debert (2010). Analisamos em seguida de forma inicial, as Políticas Públicas nacionais e locais que apoiaram ou desconsideraram as especificidades do seguimento, através de autores e legislações como: Paiva (2012), Rua (1998), Sposito e Carrano (2003), Novaes (2009), Lei nº16.287, de 20.07.2017, que Institui a Política de Ensino Médio em Tempo Integral no Âmbito da Rede Estadual de Ensino do Ceará; Lei nº 14.273, de 19.12.08, que Dispõe sobre a criação das Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP, no âmbito da Secretaria da Educação, e dá outras providências, além de documentos como Plano Nacional de Educação (2014), focando na Escola de Ensino Médio Governador Adauto Bezerra.

RESULTADOS

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8069/90) passa a denominar uma parcela específica compreendida entre 12 a 18 anos incompletos por

adolescentes, restringindo a um perfil etário, somente. A Organização das Nações Unidas (ONU) em 2004 amplia a idade deste público ao estabelecer que jovem seja aquele entre 14 e 24 anos (UNESCO, 2004). Esta foi a delimitação adotada também pelo Brasil, até que em 2005 a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) adotam a delimitação de 15 a 29 anos, subdivida em subgrupos, assim estabelecidos: 15 a 17 anos – jovem-adolescente; 18 a 24 anos – jovem-jovem; 24 a 29 anos – jovem adulto. Observa-se que buscam transcender o conceito baseado somente na idade, pois admite a existência de outros fatores que relacionam transformações psicológicas, biológicas, culturais e sociais, variantes das diferentes épocas, etnias, gênero, classe social, dentre outros aspectos decisivos. Concluímos de forma célere que não vamos delimitar um grupo geracional em que todos os jovens estejam incluídos, em contrapartida encontraremos grupos diversos buscando a construção de suas identidades. Somando-se a isso, justifica-se esta modificação pela maior dificuldade deste público conquistar autonomia devido às aceleradas transformações no mundo do trabalho e o crescimento da expectativa de vida da população em geral.

De acordo com Quiroga apud Paiva (2012, p. 353):

[...] a juventude não consiste um fenômeno meramente demográfico. Trata-se de uma complexa condição social, que influencia e é influenciada pelas diferentes culturas e possui uma condição dinâmica e mutável ao longo do tempo, de acordo com as transformações da sociedade. Não se pode, portanto, falar de uma juventude universal, visto que não consiste de um fenômeno que está posto em qualquer lugar e tempo, sem implicações sociais.

Em Kehl (2004), historicamente, a juventude ganha deferência apenas nos anos 2000, pois no início do século XX era exigido de homens e mulheres de 25 anos que aparentassem 50 anos, e isso se evidenciava através de comportamentos que denotassem seriedade, responsabilidade, além de roupas e acessórios sóbrios, tudo isso como requisito essencial para adentrar na vida produtiva/reprodutiva. Devido às relações de consumo associadas na atualidade ao termo juventude, todos os adultos desejavam fazer parte deste segmento, pois os associava a um estado de espírito, a forma do corpo se portar, um sinal de saúde e disposição, assim:

Ser jovem virou slogan, virou clichê publicitário, virou imperativo categórico - condição para se pertencer a uma certa elite atualizada e vitoriosa. Ao mesmo tempo, a “juventude” se revelava um poderosíssimo exército de consumidores, livres dos freios morais e religiosos que regulavam a relação do corpo com os prazeres, e desligados de qualquer discurso tradicional que pudesse fornecer critérios quanto ao valor e à consistência, digamos, existencial, de uma enxurrada de mercadorias tornadas, da noite para o dia, essenciais para a nossa felicidade (KEHL, 2004, p. 46).

Vivemos em uma sociedade classista, desigual e excludente, então o consumo não está para todos, pelo menos não conforme as necessidades que cada um sempre almeja, por isso, compreender a juventude exige também a aceitação de que há distinção na oferta de produtos, espaços, programas, projetos, proteção e até legislações, todas enquadradas num rótulo que os aproxima, mas que na verdade os hierarquiza.

Fica explícito em Pais (1990, p. 140) que a:

[...] juventude começa por ser uma categoria socialmente manipulada e manipulável e, como refere Bourdieu, o facto de se falar dos jovens como uma «unidade social», um grupo dotado de «interesses comuns» e de se referirem esses interesses a uma faixa de idades constitui, já de si, uma evidente manipulação. Na verdade, nas representações correntes da juventude, os jovens são tomados como fazendo parte de uma cultura juvenil «unitária».

A verdade é que essa busca pela noção do que seja juventude é produto de uma necessidade dos últimos anos quando começa a especificar “problemas” advindos deste grupo especificamente. A partir deste ponto é que se procura homogeneizar o segmento através de designações construídas por meio de correntes sociológicas, como a geracional e a classista. Ambas falharam em suas explicações.

Com efeito, a juventude não cabe num conceito, mas muitas significações a compõem, assim as variadas crenças, normas, valores, símbolos e práticas compartilhadas por jovens e assimiladas como culturas juvenis podem tanto apresentar elementos próprios ou inerentes à fase de vida a que se associa uma das noções de juventude, como também podem ser assimilados ou derivados de gerações precedentes ou ainda resultado de trajetórias próprias da classe de origem.

A dissolução da vida adulta na sociedade contemporânea está associada na atualidade a três processos que inter-relacionam:

1) o alargamento da faixa etária do segmento considerado jovem da população; 2) o desdobramento das etapas mais avançadas do ciclo da vida em novas categorias etárias; 3) a transformação da juventude em um valor, que pode ser conquistado em qualquer etapa da vida através da adoção de formas de consumo e estilos de vida adequados (DEBERT, 2010, p. 49).

O seguimento já teve tantas caras, já empreendeu tantas lutas, já se permitiu manipular por tantos fatos, grupos e pessoas: como então construir um conceito que dê conta de tantos vieses? Por ser a juventude uma construção social, as designações que lhe são atribuídas são representações e não realidade objetiva, por certo, muitos jovens nem consigam se ver representados através destas concepções aqui descritas.

1 Juventudes e Políticas Públicas

Construir uma linha histórico-social que traduza os caminhos percorridos pelas políticas públicas de/para/com juventudes (CASTRO; ABRAMOVAY, 2002), a partir das concepções que o próprio tema percorreu ao longo do tempo é oportuno, mas exige uma breve reflexão acerca da categoria Política Pública. Em Rua (1998, p. 731 apud SPOSITO; CARRANO, 2003, p. 17) são: “[...] como um conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos”.

É preciso elucidar a diferença entre política pública e decisão política para se compreender a polissemia que a expressão “problemas políticos”, apresentada por Rua (1998) pode expressar:

Política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Decisão política corresponde a uma escolha dentre um conjunto de possíveis alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando – em maior ou menor grau – uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis (RUA, 2009, p. 19).

Somente quando a juventude ascende à condição de problema de natureza política e passa a fazer parte da agenda pública, é que se observa a construção de políticas públicas efetivas para este segmento. A redemocratização política e os movimentos sociais, pós-golpe civil-militar (1964), promovem ainda na década de 80 um intenso movimento que culmina na elaboração e aprovação de dois importantes instrumentos legais em favor da juventude: a inclusão do reconhecimento pelo Estado que crianças e adolescentes são sujeitos de direito na v. 8, n. 1, 2018: Anais do XIV Encontro de Iniciação Científica da UNI7

Constituição de 1988 e a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990. Até este período, segundo, Sposito e Carrano (2003), especificamente no que se refere à juventude brasileira, não existiu políticas direcionadas para esse público, sendo o segmento esquecido pelo Estado.

Na década seguinte, segundo Novaes (2009), as políticas pouco avançaram e a juventude especificamente “não encontrava seu lugar tanto no âmbito das políticas de proteção social quanto entre aqueles que visavam à transferência de renda” (p. 16). A juventude ainda permanecia invisível perante o próprio Estado, mesmo vivenciando situações específicas que fazem parte da sua condição. O direito à escola assim como a formação para o trabalho é visto como cura para a violência e o esfacelamento da sociedade e não como direito dos jovens.

O final da década de 90 é um marco na construção de políticas públicas, com efeito, o Estado age em resposta a alguns fatos que alcançaram notoriedade nacional, como o caso do índio Galdino, em Brasília. Este, na madrugada de 20 de abril de 1997, quando dormia no banco de uma parada de ônibus, teve 95% do corpo queimado e morreu no dia seguinte, pois cinco jovens de classe média atearam-lhe fogo. Embora o crime tenha sido causado por jovens de famílias com poder aquisitivo elevado, as políticas desenvolvidas no período focalizaram naqueles tidos em vulnerabilidade e risco social, ou seja, os excluídos que viviam nas periferias dos grandes centros urbanos.

Ainda nesse contexto, o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) sofre críticas severas sobre as políticas públicas construídas para o segmento juvenil, pois não são pensadas de forma estratégica, mas compreendidas como forma de prevenção e controle de ações compensatórias. Observa-se, segundo Sposito e Carrano (2003), programas recentes e desarticulados em seus objetivos, clientela e área geográfica de atuação, foco no combate à pobreza ou em situação de risco social de jovens pertencentes a municípios de baixo Índice de Desenvolvimento Humano. A juventude deixa de ser vista em seu caráter universal.

O governo Lula inaugura um novo modelo de gestão apoiado na articulação e mobilização da sociedade civil, por isso, torna-se um marco na institucionalização do processo de construção e efetivação de políticas públicas de/para/com juventudes (CASTRO; ABRAMOVAY, 2002). A primeira ação empreendida trata-se

da busca de informações, conseguidas por meio do “Projeto Juventude”, coordenado pelo Instituto Cidadania, através de seus programas amplos de estudos e pesquisas sobre a realidade juvenil brasileira. Em seguida dá-se a formação do Grupo de Trabalho Interministerial de Juventude (GTI), composto por 19 ministérios, cujo objetivo era elaborar propostas para uma Política Nacional de Juventude (BRASIL, 2007).

Oficialmente, em 01 de fevereiro de 2005, inicialmente através da Medida Provisória nº 238, depois por força da Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005 e posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 5.557 de 05 de outubro de 2005, é desenhado uma Política Nacional de Juventude. No mesmo ato são criados o Conselho Nacional da Juventude, a Secretaria Nacional de Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), tendo este último alçado a categoria de carro chefe do governo.

A juventude finalmente é reconhecida pelo poder público como segmento a que se deve resgatar e corrigir débitos históricos, por outro lado, não se pode esquecer que como toda política pública há limitações impostas pela própria realidade, assim a que foi implantada no governo Lula não consegue dar conta das demandas, nem tampouco solucionar questões históricas presentes no capitalismo e que são responsáveis efetivamente pelo processo de exclusão social dos jovens brasileiros.

2 O Jovem e a Realidade Material

O jovem precisa estudar e também necessita de um modelo de escola pública que dê conta que seus responsáveis não têm como acompanhá-lo pedagogicamente, seja porque trabalham demais ou porquê não entendem os conteúdos, já que eles também pouco frequentaram a escola. Seria isso uma afirmativa responsável?

Camilo Santana, governador do Ceará, em solenidade no Centro de Eventos, em 06/03/2017, disse ao lançar o Programa Juventude em Tempo Integral:

Eu tenho um sonho de que, um dia, todas as escolas de Ensino Médio do Ceará sejam de tempo integral. Mesmo diante de todas as dificuldades, do cenário econômico, do cenário político, do cenário de seca, nós temos a compreensão de que o grande caminho para se construir um Estado melhor,

com sociedade mais justa e de mais oportunidades, é através da Educação (SANTANA, 2017).

Tomando ainda o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014, p. 10):

Meta 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica [...] Meta 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

Concluimos, alinhando indagação expressa no início desse tópico, fala do governador e Plano Nacional de Educação que a política pública de Educação para o Ensino Médio do atual governo cearense se faz em duas vertentes, ambas com jornada escolar de 45 horas/aulas semanais: continuidade com a ampliação da matrícula no Ensino Médio Técnico através das Escolas Estaduais de Educação Profissionalizantes (EEEP) e inovação com a criação das Escolas em Tempo Integral (EMTI), através da Lei Nº16.287, 20 de julho de 2017, que institui a Política de Ensino Médio em Tempo Integral no âmbito da rede estadual de ensino do Ceará, como ser demonstrado no quadro abaixo:

Figura 1 - Rede Estadual de Ensino do Ceará



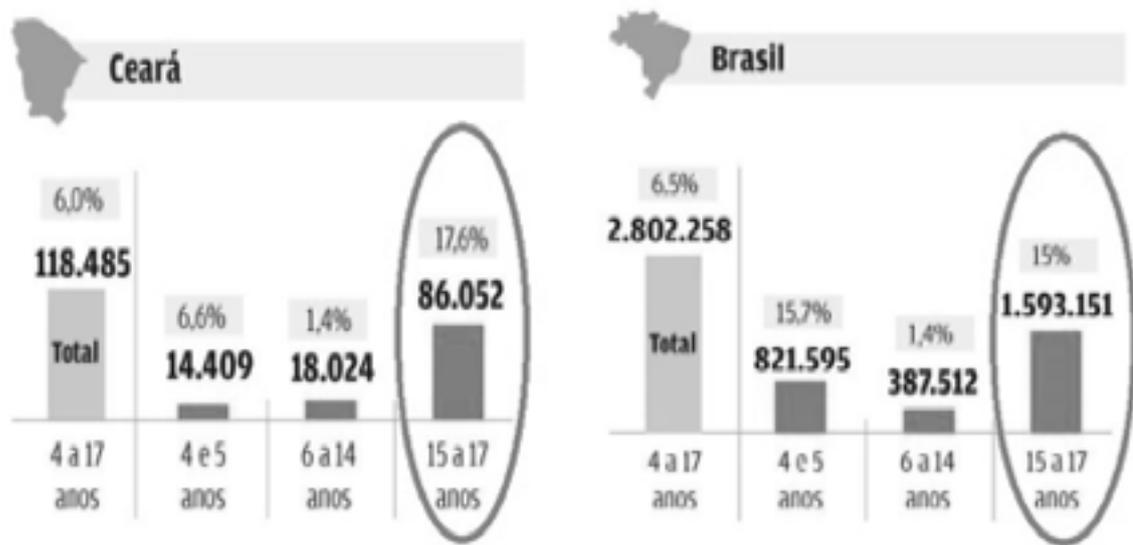
Disponível em: <http://www.ceara.gov.br/2017/03/06/educacao-governo-lanca-programa-de-ensino-medio-integral-no-ceara/>

Seria então a escola com jornada ampliada uma alternativa para a exclusão de jovens cearenses entre 15 e 17 anos que se encontram, conforme Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgado em 01/06/2017 pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), fora da escola? Se tomarmos a população estimada de aproximadamente 9 milhões de habitantes para o Ceará em 2017, de acordo com o IBGE, teríamos um quantitativo aproximado de 2,4 milhões de jovens entre 15 e 29

v. 8, n. 1, 2018: Anais do XIV Encontro de Iniciação Científica da UNI7

anos, totalizando 35% da população total do Estado, destes, 17,6%, entre 15 e 17 anos, estão fora da escola:

Figura 2 - Crianças e Adolescentes fora da escola por faixa etária
Brasil/Ceará -2017



Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/cotidiano/2017/06/no-ceara-118-mil-criancas-e-adolescentes-estao-fora-da-escola.html>

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

Na contramão do Plano Nacional de Educação e da política educacional de expansão da Escola em Tempo Integral (regular e profissionalizante), do governo Camilo Santana, o presente artigo defende que o investimento deve focar no atual cenário, a escola em tempo regular com 30 horas/aulas semanais, maioria em nosso estado (525 unidades escolares) e precária de recursos, já que vivenciamos uma realidade excludente onde o jovem precisa conciliar trabalho e estudo ou deixar a escola para trabalhar exclusivamente.

3 O Jovem da Escola de Ensino Médio Governador Adauto Bezerra

Dizer que a escola regular com 30 horas/aulas semanais já não atende a necessidade de pais e jovens que buscam uma escola pública de qualidade na atualidade, é desconsiderar os indicadores educacionais, insumos e processos exitosos identificados nessa unidade escolar.

Situa-se à Rua Monsenhor Liberato, nº 1850 - Bairro de Fátima, CEP: 60411150 – Fortaleza/CE, funciona nos três turnos, sendo o diurno (manhã/arde) com seis e o noturno com 4 aulas diárias. Tem em torno de 2 mil alunos distribuídos entre o 1º e o 3º ano médio. Pertencente à Rede Estadual de Ensino, poderia ser umas das muitas escolas públicas da cidade de Fortaleza que apresentam um perfil semelhante ao de tantas outras escolas brasileiras. Na dimensão humana, em particular, o corpo docente não é em sua totalidade do quadro efetivo. Já na dimensão estrutural-organizacional, embora regulamentada por legislação estadual comum às demais da rede, possui pontos como projeto pedagógico, plano de desenvolvimento da escola, regimento escolar, localização, rotinas, insumos, processos que a qualificam como única.

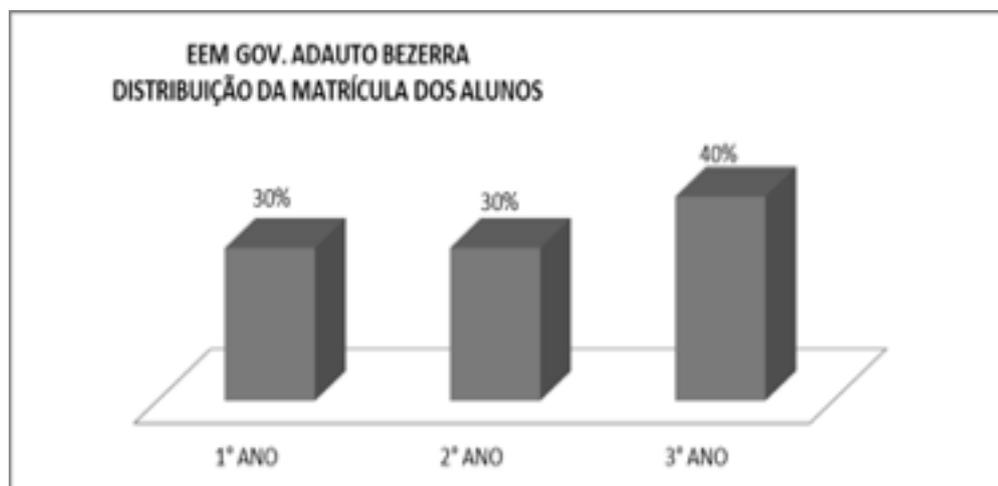
A idade média dos alunos encontra-se entre 16 e 17 anos, não apresentando grave distorção idade-série, já que todos os entrevistados encontravam-se entre o 1º e o 3º ano médio, como pode ser visualizar abaixo:

Gráfico 1



Fonte: Extraído de pesquisa amostral realizada na EEM Governador Adatao Bezerra, 2017.
Nota: Dados trabalhados pelo autor.

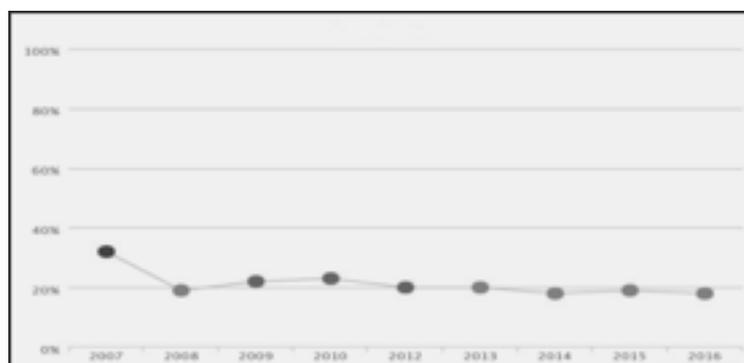
Gráfico 2



Fonte: Extraído de pesquisa amostral realizada na EEM Governador Aduato Bezerra, 2017.
Nota: Dados trabalhados pelo autor

O Sistema Educacenso, que coleta dados do Censo Escolar da Educação Básica, para o Ministério da Educação (MEC) deixa explícito que nos últimos anos a unidade vem diminuindo ano a ano, esse problema:

Gráfico 3 - Distorção Idade-Série - Governador Aduato Bezerra (2007-2016)



Disponível: <http://www.qedu.org.br/>
Nota: Dados trabalhados pelo autor.

Diferentemente das escolas militares e profissionalizantes que realizam seleção para compor o quadro discente, a triagem da citada unidade escolar é física e ganha a vaga aqueles que resistirem ao período de duração da fila, estando entre o número de vagas quando é aberto o processo de matrículas. No ano de 2016, os pais chegaram à noite anterior e acamparam na quadra esportiva e as 373 vagas disponibilizadas foram preenchidas ainda no primeiro dia.

Os alunos quando perguntados sobre de quem foi à decisão para estudar na escola, 80% afirmaram ser deles a iniciativa, e 20% dos familiares. Quando indagados sobre os motivos para esta escolha:

Gráfico 3



Fonte:

Extraído de pesquisa amostral realizada na EEM Governador Aداuto Bezerra, 2017.
Nota: Dados trabalhados pelo autor.

Outros pontos a distinguem e se agregam para elucidar os resultados da escola, é o caso da crescente de aprovação de seus alunos para o Ensino Superior:

Quadro 1		
ANO	MATRICULA 3º ANO	QUANTIDADE DE APROVAÇÕES EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS OU BOLSAS DE ESTUDO DE 100% (PROUNI)
2010	770	48
2011	739	73
2012	667	155
2013	564	250
2014	578	224
2015	583	255
2016	617	365

Fonte: Extraído da Secretaria Escolar da EEM Governador Aداuto Bezerra, 2017.
Nota: Dados trabalhados pelo autor.

Como se pode constatar em 2016, conquista aproximadamente 60% de aprovação dos seus alunos para o Ensino Superior. Internamente vem ainda resolvendo problemas históricos como aprovação, reprovação e abandono, como pode ser visto no gráfico que segue:

Gráfico 4

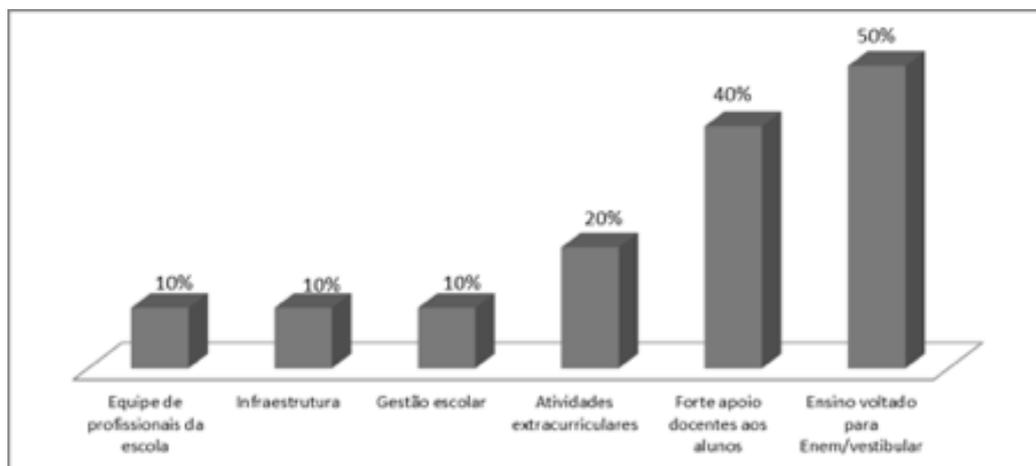


Fonte: Extraído do Educacendo/Qedu/Eixo taxas de rendimento, 2012-2016.

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

Dos alunos investigados, 100% consideram o trabalho desenvolvido no Aauto Bezerra como excelente, e entre os motivos apontados para explicitar as razões desse sucesso, relacionam:

Gráfico 5



Fonte: Extraído de pesquisa amostral realizada na EEM Governador Aauto Bezerra, 2017.

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

A pesquisa nos permite indicar três caminhos explicativos sobre o porquê do AB apresentar um trabalho bem sucedido quando comparado às demais unidades funcionando com as mesmas características: o primeiro é a compreensão de que a disputa pelas poucas vagas existentes promove uma seleção de alunos dispostos a apoiar o Projeto Político Pedagógico desenhado anteriormente pela comunidade escolar, já que a escola demonstra publicamente ser exitosa no acesso ao Ensino Superior; o segundo diz que os bons resultados são decorrência de alunos e responsáveis que já adentram na unidade com capital cultural superior (BOURDIEU, 2007); o último reside no planejamento e (re)orientação do trabalho pedagógico executado pela gestão e professores a partir dos resultados aferidos pelo SPAECE e ENEM.

Evidencia-se praticamente a diminuição acentuada da distorção série-idade, abandono e reprovação ao longo dos anos entre os alunos e paralelo a isso. A média da escolaridade dos responsáveis pelos alunos concentra-se entre o Ensino Médio completo e superior incompleto, embora ainda se observe grande número com fundamental incompleto, como pode ser visto no gráfico que segue:

Gráfico 6

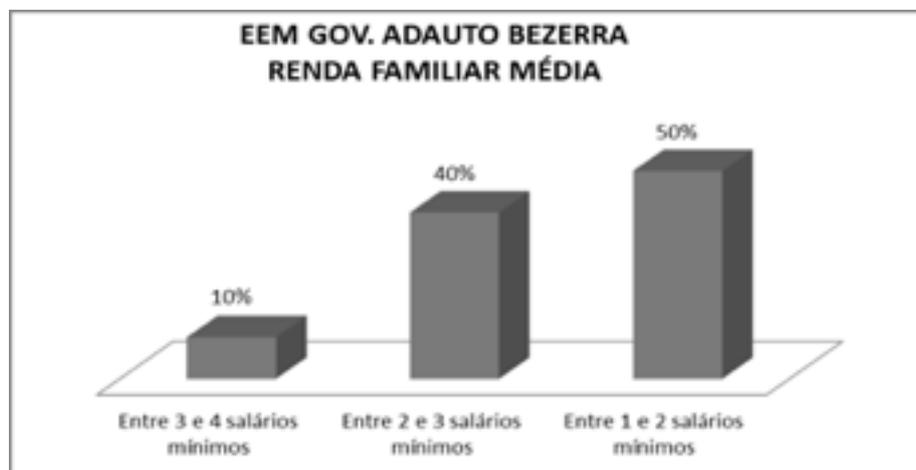


Fonte: Extraído de pesquisa amostral realizada na EEM Governador Adauto Bezerra, 2017.
Nota: Dados trabalhados pelo autor.

Em tempos em que se noticia que a escola não consegue mais atrair o jovem, a EEM Governador Adauto Bezerra prova que isso pode ser revertido, mas é preciso reorganizar suas práticas sabendo o que os estudantes querem ao se matricular. Como em todas as outras escolas da rede estadual, a renda das famílias

é baixa e muitas vezes depende da Suplementação garantida pelo Bolsa Família que se constitui como um programa federal de transferência direta de renda a famílias em situação de pobreza.

Gráfico 7



Fonte: Extraído de pesquisa amostral realizada na EEM Governador Adauto Bezerra, 2017.
Nota: Dados trabalhados pelo autor.

Na realidade investigada se evidencia que a renda familiar baixa não coloca o jovem diretamente fora da escola e nem tampouco buscando trabalho. Nenhum entre os entrevistados trabalhava/trabalhou antes e apenas dois manifestaram desejo em buscar uma ocupação, desde que ele não comprometesse os estudos. Situação atípica, se tomarmos o universo brasileiro de exclusão e de carência de políticas públicas voltadas exclusivamente para este segmento. O AB parece estar em um “universo paralelo” que desconsidera pesquisas que versam sobre as razões da queda na matrícula no Ensino Médio, e sinaliza como respostas: conteúdos descontextualizados, trabalho necessário do jovem para complementação da renda familiar, metodologias de ensino/aprendizagem que desconsideram as novas Tecnologias da Informação e Comunicação, infraestrutura precária das escolas e professores desmotivados.

Ao serem inquiridos sobre os problemas que mais os afligem, listam a Educação em primeiro lugar, ficando as drogas no extremo da condição de menor preocupação, entre eles:

Gráfico 8



Fonte: Extraído de pesquisa amostral realizada na EEM Governador Adauto Bezerra, 2017.
Nota: Dados trabalhados

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de juventude agrega outras especificações ao longo do tempo, levando-o a reconstruções, porém os caminhos percorridos pelas políticas públicas voltadas para este segmento não ganham velocidade e se tornam incipientes. O que o jovem quer quando busca especificamente a Escola de Ensino Médio Governador Adauto Bezerra para cursar o Ensino Médio? A resposta obtida é clara: entrar em uma graduação. No último ano, 60% deles ao final do 3º ano conseguiram aprovação, embora não fique claro se efetivaram matrícula. Há muito ainda a ser investigado na unidade escolar, e este trabalho se propôs a apenas iniciar essa ação, realizando uma breve escuta a 30 alunos para começar a entender as razões que a tornam diferenciada quando tomamos a realidade do Ensino Médio Brasileiro.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. 9º ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BRASIL. **Lei no 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-14/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 11 nov. 2017.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. **Por um novo paradigma do fazer políticas – políticas de/para/com juventudes**. In: Revista Brasileira de Estudos de População, v. 19, n.2, jul./dez. 2002. PDF

CEARÁ. **Lei N°16.287, 20 de julho de 2017**. Institui a Política de Ensino Médio em Tempo Integral no âmbito da rede estadual de ensino do Ceará. Disponível em <<http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20170721/do20170721p01.pdf>>. Acesso em 26/12/2017.

DEBERT, Guita Grin. **Dissolução da Vida Adulta e a Juventude como Valor**. In : Revista Horizontes Antropológicos [on line], vol. 16, n. 34, jul. – dez. 2010, pp. 49-70.

GODOY, Arilda Schmidt. PESQUISA QUALITATIVA: TIPOS FUNDAMENTAIS. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p.20-29, jul/ago.1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n4/a08v35n4.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

IBGE. **Estimativas de população**. Edição 2017. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?&t=resultados>>. Acesso em 26/12/2017.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2016). **Síntese de Indicadores Sociais**. Edição 2017. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/educacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>>. Acesso em 26/12/2017.

KELL, Maria da Rita. **A juventude como sintoma da cultura**. In: NOVAES, Regina Reys; VANNUCHI. Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

NOVAES, Regina Célia Reyes. Introdução. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (Org.). **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.

PAIS, José Machado. **A Construção Sociológica da Juventude – alguns contributos**. In. *Análise Social*. Vol.25 (105-106), 1990. pp. 139-165. PDF.

PAIVA, Candida de Souza Ilana Lemos de. Faces da juventude brasileira: entre o ideal e o real. **Estudos de Psicologia**, Rio Grande do Norte, v. 17, n. 3, p.353-360, set/dez. 2012.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC. Brasília: CAPES : UAB, 2009. 130p.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 24, p.16-39, set/dez. 2003.

VIEIRA, Sonia. Introdução a Bioestatística. 5° ed. . Rio de Janeiro: Elsevier / Medicina Nacionais. 2016.

ANEXOS

Questionário da pesquisa

Este questionário enquadra-se numa investigação exploratória no âmbito de uma dissertação de Mestrado em Planeamento e Política Públicas, realizada na Universidade Estadual do Ceará. Os resultados obtidos serão utilizados para melhor delimitação do objeto de estudo para fins académicos. O questionário é anónimo, não devendo por isso colocar a sua identificação em nenhuma das folhas, nem assinar o questionário. Não existem respostas certas ou erradas. Por isso solicitamos que responda de forma espontânea e sincera a todas as questões. Na maioria das questões terá apenas de assinalar com uma cruz a sua opção de resposta. Obrigado pela sua colaboração.

1. Idade _____

2. Como você se identifica

- Mulher
- Mulher transgênero
- Homem
- Homem transgênero

3. Cor ou Raça

- Parda
- Branca
- Preta
- Amarela
- Indígena
- Outras

4. Em qual série estuda?

- 1º ano
- 2º ano
- 3º ano

5. Contando com você, quantas pessoas moram em se domicílio atualmente?

- 1 a 3
- 4 a 6
- 7 a 10
- Mais de 10

6. Vive com quem?

- mora com os pais
- mora com a mãe
- mora com o pai
- mora em casa de parentes
- mora com amigos da família
- mora com seu empregador (a)
- mora sozinho(a)
- mora com _____

7. Qual a sua situação conjugal?() Solteiro/A

- () Casado/A
()...Casado/a no civil (papel assinado)
()...Mora com parceiro/a
() Separado/A

8. Descreva a composição de sua família e/ou daquelas que convivem atualmente com você:

Exemplo: pai, companheira do pai, filhos da companheira e avô paterno.

9. Atualmente você está fazendo algum trabalho remunerado?

- () Sim
() Não

10. Se sim, aproximadamente quantas horas de trabalho remunerado você fez na semana passada?

- () Até 6 horas
() Mais de 6 a 12 horas
() Mais de 12 a 18...
() Mais de 18 a 24...
() Mais de 24 a 40...
() Mais de 40 horas

11. Se não, qual das seguintes situações se aproxima mais da sua. Você:

- () Nunca fez nenhum trabalho remunerado e não está procurando trabalho
() Já trabalhou, mas não está procurando trabalho.
() Nunca trabalhou, mas está procurando trabalho.
() Já trabalhou e está procurando trabalho.

12. Somando a sua renda com a renda dessas pessoas que moram com você, considerando os ganhos de qualquer natureza, de quanto foi aproximadamente a renda familiar em sua casa no mês passado?

- () Sem renda
() Até 1 salário mínimo
() Entre 1 e 2 salários mínimos
() Entre 2 e 3 salários mínimos
() Entre 3 e 4 salários mínimos
() Entre 4 e 5 salários mínimos
() Acima de 5 salários mínimos

13. Indique o grau de escolaridade do(s) seu(s) responsável(s):

Responsável 1 _____

- () Até Fundamental incompleto
() Fundamental completo
() Médio incompleto
() Médio completo
() Superior (incompleto a Pós)

Responsável 2 _____

- () Até Fundamental incompleto
() Fundamental completo

- Médio incompleto
- Médio completo
- Superior (incompleto a Pós)

SOBRE O ADAUTO BEZERRA

14. Quem decidiu que você estudaria no Adauto Bezerra?

- Família
- Você
- Outro _____

15. Quais foram os motivos para esta escolha?

- Proximidade com a casa
- Aprovação acentuada no vestibular/Enem
- Organização
- Bons professores
- Outro(s) _____

16. Num comparativo com outras unidades escolares conhecidas por você, funcionando em apenas um turno, como definiria o trabalho desenvolvido no Adauto Bezerra:

- Excelente
- Bom
- Regular
- Ruim
- Igual as demais escolas da rede

17. Que motivo(s) listaria(m) para a resposta dada acima?

18. Quais são os problemas que mais lhe preocupam atualmente?

- Segurança/ Violência
- Emprego/ Profissão
- Saúde
- Educação
- Drogas
- Crise Econômica/ Financeira
- Família
- Administração Política do Brasil
- Assuntos Pessoais
- Meio Ambiente/ Infraestrutura
- Questões Sociais
- Moradia
- Fome/ Miséria
- Transporte
- Relacionamentos Íntimos/ Amizades
- Gravidez
- Nenhum problema me preocupa
- Não Sabe/ Não Lembra
- Outro _____

19. Quais os problemas que mais lhe incomodam no Brasil hoje?

- A corrupção
- O poder dos traficantes
- Ignorância política
- Intolerância
- A grande desigualdade entre ricos e pobres
- O racismo e outras formas de discriminação
- O despreparo e a violência da polícia
- A destruição do meio ambiente
- A lentidão e outros problemas da Justiça
- A falta de perspectiva profissional para os jovens
- O despreparo do povo
- Outro

20. O que existe de mais positivo no Brasil?

- Possibilidades de estudo
- Liberdade de expressão
- Estabilidade econômica
- Ter democracia
- Possibilidade do consumo
- Políticas sociais
- Nenhuma/ nada é bom (espontânea)
- Não sabe
- Outro(s)
